

Pensar o pensamento: síntese de uma proposta de investigação*

Thinking the thought: a survey of a research proposal

David Soares Simões

Professor da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Petrolina, PE, Brasil
simoes.dsoares@gmail.com

Resumo: Pode-se afirmar que o campo do Pensamento Político-Social Brasileiro é extenso e não possui fronteiras estritamente delimitadas. Contempla discussões sociológicas, políticas, antropológicas, bem como de história das ideias e dos intelectuais. O presente artigo propõe uma reflexão sobre alguns dos princípios elaborados no interior desse campo a respeito do pensamento político. A ideia é sistematizar um roteiro metodológico a partir das discussões conceituais construídas por Raymundo Faoro, Wanderley Guilherme dos Santos e Gildo Marçal Brandão sobre o Pensamento Político Brasileiro, abordando algumas perspectivas contemporâneas de percepção, apreensão e explicação desse mesmo pensamento. Daí a aparente redundância de pensar o pensamento, que esconde por trás de si uma proposta de investigação rica e atual.

Palavras-chave: Pensar o pensamento; Pensamento político brasileiro; Investigação.

Abstract: *It is possible to say that the field of Brazilian Political-Social Thought is extensive and has no strictly bounded. It includes sociological, political, anthropological discussions and more. This article proposes a reflection on some of the principles elaborated within this field about the political thought. The idea is to systematize a methodological script from conceptual discussions built by Raymundo Faoro, Wanderley Guilherme dos Santos and Gildo Marçal Brandão on the Brazilian Political Thought, addressing some contemporary perspectives of perception, apprehension and explanation of this thought. Hence the apparent redundancy of thinking the thought, which hides behind itself a rich and up-to-date research proposal.*

Keywords: *Thinking the thought; Brazilian political thought; Research.*

* Este artigo é um rearranjo da introdução da dissertação de mestrado intitulada “Diálogos e práxis de um Literato: uma interpretação do pensamento político-social de José de Alencar”, defendida em 2012. Agradeço aos pareceristas pelas contribuições e críticas.

Introdução

Pensar o pensamento representa, dentro das Ciências Sociais brasileiras, não apenas uma tarefa possível, mas relevante e necessária para a reflexão sobre as continuidades e mudanças das nossas concepções, da formação social e identitária, da cultura e das instituições políticas. A área assim denominada de *Pensamento Político-Social Brasileiro*¹ assume, para si, essa função. Nesse *campo vasto* (BOTELHO; SCHWARCZ, 2011), entrecruzam-se formas de pensar, modelos de interpretação da realidade social e política brasileira, matrizes de pensamento no interior de um repertório sintético-analítico sempre renovado.

É visível a consolidação institucional e maturação intelectual do campo do pensamento político-social brasileiro nas últimas décadas. Os tradicionais Grupos de Trabalho de Pensamento Social no Brasil, sempre recorrentes nos Congressos da ANPOCS (OLIVEIRA, 1999) seriam já um indício. Além disso, coletâneas, teses e dissertações têm avolumado a sua produção acadêmica (LYNCH, 2013). Outro dado significativo é a aparição, no ano de 2014, no IX Encontro da ABCP, da área temática *Pensamento Político Brasileiro*, coordenada por Christian Lynch e Bernardo Ricúpero. Trata-se de uma tentativa mais apurada de delimitação de fronteiras. Antes, os trabalhos de pensamento político brasileiro eram lotados na área temática *Teoria Política*, que permanece.

Na tentativa de fomentar o debate a respeito do pensamento político brasileiro, o presente artigo propõe uma reflexão sobre alguns dos seus elementos constitutivos. A ideia é sistematizar um roteiro metodológico a partir das discussões conceituais elaboradas por Raymundo Faoro, Wanderley Guilherme dos Santos e Gildo Marçal Brandão, abordando algumas perspectivas contemporâneas de percepção, apreensão e explicação desse mesmo pensamento. Daí a aparente redundância de pensar o pensamento, que esconde por trás de si uma proposta de investigação rica e atual.

Síntese de uma proposta de investigação

Nossa tentativa de síntese parte da indagação basilar feita por Raymundo Faoro (2007), que ainda parece encontrar eco: de fato, *existe um pensamento político brasileiro?* Quando fez essa indagação na década

de 1980, o autor de *Os donos do poder* destacou, de maneira geral, que o *pensamento político* pressupõe um *quadro cultural autônomo* (uma realidade objetiva) com o qual dialoga e atua através da *práxis*. Além disso, o pensamento político pode encontrar expressão tanto na filosofia política, quanto na ideologia, no entanto, não se confunde com nenhuma delas, reservando em si mesmo, uma autonomia. Nesse sentido, o pensamento político não seria, simplesmente, uma atuação orientada por interesses e nem seria, tampouco, abstração, seria antes uma confluência mútua entre o *logos* e a *práxis*. Trata-se de um *saber informado*, experimental, que é construído a todo instante, a partir das experiências vividas (FAORO, 2007, p. 37-38). Nas palavras do autor:

O pensamento político está dentro da experiência política, incorporado à ação, fixando-se em muitas abreviaturas, em corpos teóricos, em instituições e leis. A ideia, por essa via, faz-se atividade, não porque fruto da fantasia ou da imaginação, mas porque escolhida, adotada, incorporada à atividade política [...] (FAORO, 2007, p. 38).

Partindo então desses pressupostos, Faoro faz uma volta às possíveis origens de um pensamento político brasileiro, verificando a formação de um quadro cultural autônomo capaz de gerá-lo. Ele destaca que, em um primeiro momento, o pensamento político brasileiro foi estrangeiro, foi o pensamento político português. Segundo Faoro, o estatuto colonial reproduziu aqui o reflexo da matriz metropolitana consubstanciada pela atuação de um Estado Patrimonialista, fundamentado, essencialmente, nas teses do direito natural. Aponta ainda que, tal modelo teria perdurado por três séculos e que, a partir das reformas pombalinas, o pensamento político português adquiriu uma moldura liberal. Tal proposta tomou fôlego com a Revolução do Porto, em 1820 e, através dela, chegou ao Brasil, juntamente com as propostas de independência. Desse ponto em diante, irremediavelmente permeada pela herança ibérica, a indagação sobre o pensamento político brasileiro passaria a envolver a questão sobre qual moldura liberal seria essa, que nos conformaria.

Segundo o autor, a independência constituiu um momento de superação do estatuto colonial sem, no entanto, cristalizar um contexto cultural capaz de fomentar o pensamento político propriamente autônomo. Faoro afirma que a busca pelo nosso liberalismo encontra em seu caminho duas vertentes, uma *suave* e outra *irada*. Ambas, reflexo das tentativas emancipacionistas do último quartel do século XVIII. A primeira encontrou expressão na Inconfidência Mineira, de 1789. Ideologicamente orientada pelos pensadores franceses, mas corporificada “na filosofia política de Locke” (FAORO, 2007, p. 88), teria como característica a instituição de direitos individuais,

¹ Termo genérico que pressupõe interdisciplinaridade, dialogando diretamente com a história das ideias e dos intelectuais, com a sociologia, com a antropologia, com a teoria política, etc. Importante frisar que a análise aqui proposta se debruça mais propriamente sobre o pensamento político. Dos três autores aqui em discussão, Faoro, Santos e Brandão, apenas o primeiro refere-se estritamente ao termo *pensamento político brasileiro*, enquanto o segundo fala de uma *imaginação social e política brasileira*, e o terceiro utiliza a expressão *pensamento social e político brasileiro*.

garantidos pela elaboração de um pacto entre iguais, porém, sem nenhum constrangimento com a escravidão. Quanto à vertente *irada*, o autor aponta uma espécie de linhagem que vai desde a Revolução dos Alfaiates da Bahia, em 1798, passa pela Revolução de 1817, culmina na Confederação do Equador, em 1824, e acaba por refletir-se, ainda, em algumas das revoltas provinciais do Período Regencial. Este liberalismo radical seria mais afeiçoado às proposições democráticas, atrelando-as à ideia de emancipação e, por isso mesmo, foi fortemente combatido pela proposta conservadora de construção do Estado Imperial Brasileiro. Tanto um, quanto outro liberalismo ficou apenas no que o autor denominou de *consciência possível*. Nesse sentido, não encontraram realização plena. Foram sementes que não germinaram. Eles não poderiam constituir, assim, o pensamento político brasileiro.

Desse ponto em diante, o foco da análise de Faoro recai sobre a identificação de *outro liberalismo*, diferente daqueles dois, e que, de fato, conseguiu fincar raízes e se sustentar. Tal liberalismo encontraria expressão em dois fatos sucessivos: o primeiro, a dissolução da Assembleia Constituinte de 1823; o segundo, a outorga da Carta Constitucional de 1824. A questão conceitual que perpassa a discussão é a da organização do elo político no momento de construção do Estado Brasileiro. Este último, autocrático e marcadamente patrimonialista, estaria ancorado no que o autor chamou de *estamento burocrático* o qual, acima e alheio à sociedade, usurpava-lhe a soberania. Dessa forma, a construção do Estado Nacional teria sido pensada, primordialmente, a partir da relação nada próxima entre o liberalismo – entendido como constitucionalismo – e as teses democráticas. O autor afirma em *Os donos do poder*: “Não se converte, o estamento político, entretanto, em governo de soberania popular, ajustando-se, no máximo, à autocracia com técnicas democráticas [...]” (FAORO, 2001, p. 825).

Sendo assim, a conclusão a que Faoro chega é que o nosso liberalismo não seria democrático, num contexto em que soberania nacional dificilmente significaria soberania popular. Funcionaria como ideologia, envernizando o absolutismo, de fato predominante. Na verdade, sua função era legitimar o poder da Coroa através do constitucionalismo. Segundo o autor, “[...] a anomalia desse liberalismo não era a convivência com a escravidão, mas a nota tônica do sistema constitucional, colocada no Estado, e não no indivíduo, em seus direitos e garantias [...]” (FAORO, 2007, p. 109). Seria a partir desse princípio que o próprio Estado Imperial buscava firmar-se, preocupado simultaneamente com a preservação da unidade territorial e com sua consolidação institucional. Enfim, tal proposta confirmaria, nos argumentos do

jurista gaúcho, o problema da existência ou não de um pensamento político brasileiro, uma vez que não se assentaria em um *quadro cultural autônomo*.

A centralização política e administrativa dos conservadores do regresso, por exemplo, iniciada em 1837, seria reflexo direto desse liberalismo. Expressa na Lei de Interpretação do Ato Adicional, de 1840, e na reforma do Código do Processo Criminal, de 1841, a centralização fez com que todos os atributos judiciais, policiais, tributários, legislativos, administrativos e políticos decorressem da Corte, em um fortalecimento explícito do poder central. Interessante observar que o que estava em pauta era a estabilidade política e a garantia da unidade do Império, na primeira metade do século XIX, tendo-se em vista as diversas revoltas provinciais, de caráter separatista, que eclodiram no Período Regencial e que ainda manifestavam força.

O tema da liberdade, carro-chefe do programa liberal que cunhou o Ato Adicional de 1834, deixava de ser central e cedeu lugar à defesa do princípio da autoridade. Quanto a isso, como demonstrou José Murilo de Carvalho (1999), a atitude de Bernardo Pereira de Vasconcelos serve de ilustração. De convicto liberal, antes da aprovação do Ato Adicional, passou a regressista, tornando-se um dos fortes proponentes da reação monárquica conservadora. Vasconcelos afirmou em discurso de 1838: “[...] a sociedade que antes corria o risco pelo poder, corre agora risco pela desordem e pela anarquia. [...]. Como então quis, quero hoje servi-la [a sociedade], quero salvá-la, e por isso sou regressista [...]” (VASCONCELOS apud CARVALHO, 1999, p. 20-24). O modelo político da Regência, atrelado à descentralização, parecia não garantir a ordem e a liberdade ao mesmo tempo e, portanto, foi abandonado.

Note-se que toda essa temática não se encontra estanque, ou circunscrita à metade do século XIX. O mesmo problema entre liberalismo e democracia encontra-se ainda não resolvido. Na perspectiva de Faoro, o passado ibérico e a tradição antidemocrática que persistiram até as últimas décadas do século XX podem ser considerados como causas da fragilidade de nossas instituições políticas e representativas. Segundo ele, somente com a constituição de 1988 é que teria se instalado o Estado democrático de direito, numa espécie de recuperação da legitimidade (FAORO, 2007, p. 246). Esta que até então nunca havia sido consentida democraticamente, devido, principalmente, à existência de um Estado autocrático que anulou, sempre, a possibilidade de soberania popular. Sendo assim, todo esse percurso nos leva a considerar que a proposta analítica de *pensar o pensamento significaria, primeiramente, uma volta às suas possíveis origens*, como fez Faoro.

Não podemos esquecer que essa tentativa faoriana encontra-se permeada por sua interpretação do Brasil, construída em *Os donos do poder*, cuja primeira edição é de 1958. Nesse livro, encontramos a proposta de análise da formação política brasileira através das ideias de patrimonialismo, estamento burocrático e capitalismo politicamente orientado. Sem adentrarmos nas implicações teóricas que fugiriam do problema aqui proposto, o que nos interessa marcar é que Faoro, juntamente com outros, se preocupou em formular e reformular percepções sobre o Brasil e a sua formação². Sem equívocos, podemos afirmar que nomes como Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, bem como Victor Nunes Leal, Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos, etc., construíram obras originais que serviram de referência para gerações futuras. Eles estariam entre os “[...] formadores de nossa intelectualidade durante o século XX [...]” (WEFFORT, 2006, p. 9).

Suas obras fazem parte do panteão da área do pensamento político-social brasileiro, constando entre nossos maiores intérpretes. Fundaram matrizes de pensamento, fomentando reflexões para muito além do momento em que essas obras foram publicadas. Seja pelo valor analítico e explicativo que englobam, sejam pelas constantes reapropriações e interpretações que suscitam, tais obras ultrapassaram o contexto em que foram escritas. Elas servem, inclusive, de índice de referência obrigatório para qualquer estudo sobre o Brasil de hoje. Dessa forma, *pensar o pensamento também seria refletir a partir de e com aqueles que pensaram antes de nós, os nossos clássicos* (BRANDÃO, 2005; SANTOS, 2002).

Esses intelectuais tentaram resolver, sob diferentes perspectivas, questões referentes à formação e ao caráter da sociedade brasileira: os seus tipos sociais, a herança da escravidão e o problema racial, a crítica aos modelos políticos tradicionais, a constituição de uma cultura política e de um povo e a busca pela nossa modernidade. Há de se observar também que, mesmo colocados em uma unidade – a de intérpretes do Brasil –, cada autor, cada obra, possui particularidades, interrogações próprias, temas, contexto, métodos de análise – mesmo que grande parte deles recorram ao passado colonial. A esse respeito é interessante a observação feita por André Botelho (2010, p. 63-64), quanto à tendência uniformizadora que perpassa as obras dos ensaístas: “[...] sua análise não deve dissolver a diversidade no genérico, as individualidades no conjunto, o teórico no contexto histórico, o cognitivo no político”.

Importante elemento a ser lembrado é o fato de que, depois da institucionalização das Ciências Sociais no Brasil (MICELI, 2001), a geração acadêmica que se formava nos anos 1940 e 1950 tratou de marcar um forte crivo entre a sua produção, classificada de científica, e a produção intelectual da geração anterior, localizada entre os anos 1920 e 1930, cuja forma ensaística denunciaria um caráter pré-científico. Na tentativa de fundar uma legitimidade própria, estabeleceram fronteiras entre pensamentos e formas de abordagem a partir de um novo padrão cognitivo. Disso resultou a consideração daquele tipo de produção intelectual sobre a formação do Brasil como não válido, ou porque pré-científico, ou porque ideologicamente formulado. Nesse sentido, “[...] a preocupação de revelar o caráter ideológico presente em tais proposições [particularmente as advindas do pensamento conservador] levou a que se considerassem as ações inspiradas nelas como não relevantes, pois expressivas, de uma ‘falsa consciência’ [...]” (BOTELHO; LAHUERTA, 2005, p. 10). Hoje, adota-se postura distinta quanto a essa questão, reconhecendo-se o valor conceitual e analítico daquelas obras.

Há de se considerar também que o pensamento político brasileiro deita raízes no século XIX. Mesmo sem fronteiras institucionais claras, os intelectuais brasileiros dos oitocentos, sejam políticos, literatos ou jornalistas, partindo do seu contexto específico e do enfrentamento de seus próprios dilemas, também elaboraram interpretações sobre o Brasil que, inclusive, encontram eco em nossos dias. Assim, apenas para dar um exemplo da produção intelectual desses pensadores, seguindo listagem feita por José Murilo de Carvalho (2007, p. 9) a respeito da década de 1860, temos: *Da Natureza e limites do poder moderador* (1860) de Zacarias de Goes de Vasconcelos, *Ensaio sobre o direito administrativo* (1862), do Visconde do Uruguai, *Do poder moderador* (1864), de Braz Florentino, *Os males do presente e as esperanças do futuro* (1861), *Cartas do solitário* (1862) e *A província* (1870), de Tavares Bastos, *Circular aos eleitores de senadores de Minas Gerais* (1860), de Teófilo Otoni, *Os cortesãos e a viagem do Imperador* (1860), de Landulfo Medrado, *A conferência dos divinos* (1867), de Ferreira Viana e *O sistema representativo* (1868), de José de Alencar. Uma vez já consolidadas as instituições monárquicas, a maioria dessas obras apresentava um tom reformista, concebido a partir das imperfeições da política imperial e das contradições inerentes à sociedade brasileira, particularmente, relacionadas com a escravidão.

Ao analisar o período, José Murilo de Carvalho (2007, p. 9), observa que “[...] a década de 1860 foi a mais rica do Império no que se refere à produção de textos políticos, fossem eles conservadores, reformistas

² Como na listagem de nomes proposta pelo livro organizado por Botelho e Schwarcz (2009), *Um enigma chamado Brasil*.

ou liberais”. Algo que traria consequências diretas ao debate político. Dentre os temas de discussão estavam: a descentralização administrativa, a responsabilidade dos ministros, o fim da vitaliciedade do Senado, a reforma jurídica e da Guarda Nacional, a reforma eleitoral, etc. Para o autor, fato que não se reproduziu na década seguinte. De acordo com ele, o tema da mudança do regime político teria dissolvido o debate: “[...] a grande lista de reformas do sistema eleitoral, da polícia, da magistratura, da Guarda Nacional, desapareceu na agenda republicana, engolida pela mudança no sistema [...]” (CARVALHO, 2007, p. 17). Tal fato, não anularia o valor analítico daquela produção intelectual.

Embora partindo de uma perspectiva distinta, Wanderley Guilherme dos Santos (2002) também aponta para a conformação de um pensamento político no Brasil do século XIX. Em texto sobre a “evolução da reflexão sociológica e política” do Brasil – *Paradigma e história: a ordem burguesa na imaginação social brasileira* –, observa que, já no século XIX, parece haver dois estilos distintos de análise ou percepção da realidade brasileira. De acordo com o autor, o primeiro grupo, formado pelos intelectuais do terceiro quartel dos oitocentos, pertenceria a uma matriz individualista que, estrategicamente orientada por interesses partidários, estaria muito mais preocupada com as posições de poder e decisão. Já o segundo grupo, por sua vez, os intelectuais da geração de 1870, por exemplo, passaram a priorizar questões econômicas e sociais a partir de um quadro conceitual mais amplo, de cunho funcional, naturalista e histórico. Daí o interesse pelo que seria patológico quando à formação social brasileira³.

Interessante observar na análise de Wanderley Guilherme dos Santos que, se haveria uma clara distinção entre esses dois primeiros estilos de análise identificados, tal perspectiva de ruptura parece não se repetir no momento subsequente. Nas palavras do autor: “[...] sob a aparência de completa ruptura com o século XIX, entretanto, os analistas da década de 30, os desvendadores de polaridades e dicotomias, são verdadeiros continuadores das clivagens do século anterior [...]” (SANTOS, 2002, p. 60). O que nos leva a considerar que *pensar o pensamento envolve levar em consideração continuidades e descontinuidades, nuances e diferenças inerentes ao processo de constituição da imaginação social e política brasileira*.

³ Não se pode esquecer que, como aponta Angela Alonso, os agentes sociais (ao mesmo tempo intelectuais e políticos) do movimento reformista da geração de 1870, inseridos no contexto de crise do regime imperial e preocupados com a instauração de outro modelo político, o republicano, ao se apropriarem e reinterpretarem os argumentos de teorias estrangeiras, “[...] estavam em busca de subsídios para compreender a situação que vivenciavam e para desvendar linhas mais eficazes de ação política [...]” (ALONSO, 2000, p. 42).

Numa tentativa de construir novas chaves de interpretação, Santos destaca que outros critérios de ordenamento e classificação do conhecimento produzido pela intelectualidade brasileira também são possíveis, além daquela entre um conhecimento pré-científico e outro, científico, apontado anteriormente. Segundo o autor:

A ordenação do pensamento político-social brasileiro pode ser realizada [...] segundo diversos ângulos, em obediência aos interesses de investigação do historiador. Maior ou menor perícia será responsável pelo grau de persuasão que as histórias irão possuir. Importante a reter é que não existe uma única história das ideias políticas e sociais no Brasil [...] (SANTOS, 2002, p. 65).

Configurando uma agenda própria de pesquisas, a proposta de Wanderley Guilherme dos Santos parte, inicialmente, da constatação da existência de três matrizes de interpretação do pensamento brasileiro: a institucional, a sociológica, e a que chamou de “ideológica”. A primeira matriz estaria preocupada com os “marcos organizacionais” do processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. “Fazem parte desse grupo Costa Pinto e Carneiro, Florestan Fernandes, Fernando de Azevedo e Djacir Menezes [...]” (SANTOS, 2002, p. 29). O critério de classificação da produção da imaginação social e política brasileira seria o da divisão entre um conhecimento científico e um conhecimento pré-científico. Este último, relegado aos pensadores brasileiros que produziram antes dos marcos legais acadêmicos ou fora do ambiente e dos moldes academicistas.

A segunda matriz, denominada de sociológica, parte de uma espécie de correlação direta entre a situação social do intelectual (a estrutura socioeconômica) e o seu estilo de pensamento, dilemas conceituais e possibilidades de intervenção na realidade. Nesse caso, parece que “[...] a simples enunciação e descrição de atributos dos processos sociais seriam evidências suficientes para demonstrar a relação de dependência funcional entre o conteúdo do que se pensa e o desdobrar empírico da história social [...]” (SANTOS, 2002, p. 33). Santos aponta como exemplos dessa corrente, Florestan Fernandes, em textos de 1956 e 1957 e membros do ISEB, como Hélio Jaguaribe.

Por fim, a matriz ideológica que, segundo Wanderley Guilherme dos Santos, parece ser a mais promissora, uma vez que, não prezando pela análise de estruturas ou de processos formais e, ligada diretamente à apreensão conceitual das produções intelectuais, permitiria um diálogo mais rico entre os conteúdos e os estilos de análise encontrados das obras dos autores brasileiros. Isso levaria a considerar que “[...] o acidente de ter nascido alguém no século XIX não o condenaria, *ipso*

facto, a ser um fracassado postulante ao ingresso na comunidade científica [...]” (SANTOS, 2002, p. 37). Para o autor, esta teria sido a proposta analítica de Guerreiro Ramos.

Em sua argumentação, para a além da constatação da existência de tais matrizes, Santos também propõe critérios de interpretação e classificação da produção intelectual brasileira. Tomando o período que vai do século XIX e chega à década de 1970, estabelece dois eixos de movimentação da imaginação social e política no Brasil: um que leva em consideração os conteúdos e outro que propõe verificar os estilos de análise. Quanto ao primeiro, por exemplo, verifica que o tema da centralização político-administrativa, presente no debate sobre a organização do Estado Imperial, alastra-se por todo o século XIX, impelida ou repelida pelos conservadores ou pelos liberais na tentativa de consolidação da estabilidade política e social. O mesmo tema é novamente cotado em momentos precisos durante o século XX, seja nos anos 1930, com a constituição do Estado Novo, seja nos governos dos militares, a partir da década de 1960. Não menos interessante é o fato de outros temas abordados após 1950 fazerem referência direta à agenda de debates inerentes à segunda metade do século XIX, haja vista, por exemplo, a questão da autonomia nacional (SANTOS, 2002, p. 46).

Preocupado em identificar o problema comum que perpassaria os distintos momentos da reflexão social e política brasileira, Santos destaca que: “[...] desde a independência o problema teórico e prático predominante e de alta visibilidade das elites políticas e intelectuais brasileiras tem sido fundamentalmente este: de que modo implantar e garantir eficiente funcionamento da ordem liberal burguesa [...]” (SANTOS, 2002, p. 57). Segundo o autor, a tentativa de instituição de uma ordem burguesa foi barrada pela persistência da ordem escravocrata, que predominou nos quatro primeiros séculos da Colônia e do Império⁴. No século XIX, a tarefa de implantar a ordem burguesa parece ter sido colocada nas mãos de liberais e conservadores que, adotando estilos de análise distintos, preocuparam-se mais em preservar, enquanto podiam, o fundamento da ordem então vigente: a escravidão.

Para os conservadores, representados pela figura do Visconde do Uruguai, por exemplo, tratava-se de, primeiramente, “[...] expandir a capacidade regulatória do Estado [...]” (SANTOS, 2002, p. 58), para que, a partir dele, pudessem ser criadas as condições necessárias à instituição da ordem burguesa. Mais tarde, essa proposta seria reapropriada por Oliveira Viana,

desembocando no que Wanderley Guilherme dos Santos (1978) chamou de *autoritarismo instrumental*. Por seu turno, os liberais, referendados por Zacarias de Góes e Vasconcelos ou Tavares Bastos, críticos da centralização, prezavam pela eficácia das instituições representativas parlamentares, numa espécie de “fetichismo institucional”, e contavam que, por meio delas fossem gerados os “[...] automatismos políticos e sociais ajustados ao funcionamento normal da ordem liberal [...]” (SANTOS, 2002, p. 58). Daí a denominação de *liberalismo doutrinário*. Para Wanderley Guilherme dos Santos, os dois grupos predominantes no século XIX, ao apontarem a mesma necessidade política de instituição da ordem burguesa, diferenciavam-se apenas quanto às estratégias de ação e, algumas vezes, nem isso. “Assim, ora liberal, ora conservadora, outra vez liberal, a mesma concepção de política repete-se em diversos momentos da história nacional e assegura a identidade de figuras e grupos que inclusive se supõem distintos [...]” (SANTOS, 2002, p. 57).

Liberais e conservadores, apesar da aparente indistinção apontada por Wanderley Guilherme dos Santos, parecem conformar, na verdade, duas matrizes de pensamento que perduraram para muito além de seu tempo. É exatamente essa a proposição que será encampada por Gildo Marçal Brandão (2005). No texto, *Linhagens do pensamento político brasileiro*, seu objetivo consistiria em verificar as “estruturas intelectuais e categorias teóricas, a partir das quais a realidade [brasileira] é percebida, a experiência prática elaborada e a ação política organizada” (BRANDÃO, 2005, p. 236). Sendo assim, destaca que, do lado conservador, a pedra de toque da formação brasileira seria a existência de uma sociedade parental, inorgânica, fragmentada, amorfa, não sendo ela mesma de caráter liberal burguês. Daí o recurso à força do poder político centralizado, que pudesse tutelar a sociedade e conduzi-la ao liberalismo de fato. “Liberdade civil, unidade territorial e nacional garantida pela centralização político-administrativa e estado autocrático e pedagogo, eis o programa conservador [...]” (BRANDÃO, 2005, p. 247).

Pela vertente liberal, ao contrário, o problema diagnosticado seria a presença de um Estado forte e centralizado, herdado pela tradição ibérica e que impediria a organização de uma sociedade liberal-democrática. Nesse sentido, a solução estaria na reordenação do Estado, na instituição de uma forma de governo capaz de permitir que a sociedade se transformasse. Assim, seria premente “[...] a crença em que a boa lei produziria a boa sociedade, a idéia segundo a qual os problemas do país só serão resolvidos por meio de reformas políticas [...]” (BRANDÃO, 2005, p. 248-249). A partir de diagnósticos distintos da realidade brasileira

⁴ Diagnóstico distinto de Faoro, segundo o qual seria a existência de um Estado patrimonialista, regido por um estamento burocrático, que impediria a gênese de um liberalismo de tipo democrático no Brasil.

– mais especificamente, das relações entre Estado e Sociedade –, do problema a ser solucionado e do meio de solução, liberais e conservadores acabaram por constituir formas de pensar características, de modo que autores de períodos históricos distintos podem ser conectados, conformando *famílias intelectuais autônomas*.

Brandão aponta a existência de quatro famílias intelectuais, quatro linhagens do pensamento político brasileiro: o idealismo orgânico, o idealismo constitucional, o pensamento radical de classe média e o marxismo de matriz comunista. Claro, deve-se considerar a existência de pontos de inflexão, nuances que não permitem afirmar a fixidez dessas matrizes. São categorias conceituais. Elas constituem instrumentos intelectuais de percepção e compreensão dos modos de pensar (e agir) a realidade brasileira. Da linhagem liberal proviria, por exemplo, o idealismo constitucional e da linhagem conservadora, o idealismo orgânico, como na acepção original de Oliveira Viana (1927). Quanto às afinidades intelectuais, Brandão aponta que se pode, perfeitamente, aproximar, numa mesma matriz, o Visconde do Uruguai e Oliveira Viana. Da mesma forma, do lado do idealismo constitucional, Tavares Bastos e Raymundo Faoro comporiam uma mesma família intelectual. Sendo assim, podemos observar mais uma característica inclusiva da proposta de pensar o pensamento: ela *tenta reconhecer analiticamente as formas de pensar e agir, as famílias intelectuais, as suas linhagens e genealogias*⁵.

O pressuposto básico é que, ao contrário do que defende Quentin Skinner (1996), as formas de pensar, as teorias e os conceitos elaborados a partir de uma dada realidade não se esgotam nessa mesma realidade. Quanto a isso, Brandão afirma que “[...] nenhuma grande constelação de idéias pode ser inteiramente resolvida em seu contexto [...]” (BRANDÃO, 2005, p. 238), (no caso de Skinner, um contexto linguístico). Essa crítica ao que podemos chamar de contextualismo, afirma a insuficiência de apreensão dos sentidos de uma obra a partir dos horizontes de pensamento de uma época, da localização político-social de um autor, por exemplo. Ao mesmo tempo, afirma a insuficiência do que podemos chamar de textualismo, quer dizer, a tentativa de explicação dos sentidos de uma obra pela apreensão das intenções subjetivas do autor, inscritas no texto. A ideia é a de que tanto o textualismo como o contextualismo são ferramentas importantes de investigação, mas que ganham mais força quando

utilizadas em conjunto, dentro de uma perspectiva analítico-sintética.

Interessante mencionar que, para além dessas observações feitas, o que parece ser mais fecundo nessa abordagem, particularmente em relação ao campo do pensamento político brasileiro, é a revalidação cognitiva das obras clássicas. Como já foi dito anteriormente, estas últimas configurariam um índice obrigatório de referência para o entendimento e o enfrentamento dos dilemas do presente (Brandão, 2005). Podemos afirmar que as formas de pensar e agir (para utilizar a expressão de Luis Werneck Vianna, 2001), podem ser e são reapropriadas, reelaboradas e reinterpretadas, adquirindo novos sentidos ou reafirmando seus significados. Sendo assim, *um trabalho que pretenda pensar o pensamento não pode simplesmente se prender ao contexto em que as obras ou os autores viveram ou ao texto em si mesmo* – numa mera leitura descritiva, como apontou Cepêda (2008) –, *mas deve buscar sínteses possíveis que, não esquecendo esses dois pontos de partida, possam acrescentar novos elementos analíticos, numa atitude prospectiva*. O pressuposto é que

[...] as produções intelectuais absorvem e reelaboram a realidade histórica e social em sua formulação (dimensão interna): passam pela legitimação na arena intelectual e política, em renhida disputa com outras interpretações (dimensão externa) e acabam por contribuir para a transformação da sociedade, alterando os quadros mentais e materiais, abrindo novo ciclo de temas e problemas [...] (CEPÊDA, 2008, p. 233).

Enfim, nesse esquema de investigação, a partir de uma ênfase analítica, concebe-se a realidade a partir da formação das ideias, elencando estas últimas como possibilidades para a ação, acima de tudo, como recurso para o enfrentamento das questões do presente. Daí o esforço intelectual em considerar as continuidades e descontinuidades, os rumos e as orientações teóricas, os olhares, as interrogações, os embates, os diálogos e as práticas.

Considerações finais

Tomando autores de perspectivas analíticas distintas, mas que dialogam quanto à possibilidade de interpretação, apreensão e explicação do pensamento político brasileiro, procurou-se aqui mapear alguns distintivos de uma proposta de investigação específica. Pelo que foi apresentado, podemos considerar que tal proposta significaria, substancialmente: a) refletir a respeito das possíveis origens do pensamento político, como propôs Faoro (2007); b) observar as nuances e diferenças inerentes ao processo de constituição do

⁵ A construção de linhagens pode ser observada também em Luis Werneck Vianna (VIANNA, 1993), em sua discussão sobre americanistas e iberistas e, mais recentemente, em Lynch, na distinção entre saquaremas e luzias (LYNCH, 2011).

pensamento brasileiro, levando-se em conta critérios variados de ordenamento, classificação e explicação, a exemplo de Santos (2002); c) dialogar a partir de e com aqueles que pensaram antes de nós; d) reconhecer analiticamente as formas de pensar e agir, as famílias intelectuais, as suas linhagens e genealogias, como apontado por Brandão (2005); e) enfim, ultrapassar os limites do textualismo e do contextualismo procurando sínteses analíticas possíveis.

Antes de finalizar, é importante mencionar a existência da uma recente crítica feita por Christian Lynch em texto intitulado “Por que pensamento e não teoria?” (LYNCH, 2013). O foco do artigo é apontar a necessidade de uma delimitação metateórica precisa para o campo do Pensamento Político-Social Brasileiro. Nas palavras do autor:

Um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento consistente da disciplina nos dias atuais reside, a meu ver, na falta de uma reflexão metateórica sobre o seu estatuto, que deveria passar por uma discussão dos fundamentos sobre os quais a disciplina se encontra ancorada. Não são apenas os problemas metodológicos que não são discutidos ou explicitados; as próprias categorias e conceitos da disciplina parecem ocultar problemáticas de grande envergadura [...] (LYNCH, 2013, p. 729).

Dessa forma, em tom inaugural, propõe uma *história da história do pensamento brasileiro*. Tomando como objeto o modo como “[...] alguns dos nossos principais intérpretes avaliaram o lugar do Brasil no mundo e a qualidade de seus produtos intelectuais, especialmente, os de natureza social e política [...]” (LYNCH, 2013, p. 731), destaca pelo menos dois momentos distintos. O primeiro, que vai da década de 1880 à década de 1930 e o segundo, que se localiza entre anos 1922 e 1970. Apesar de caracterizados por paradigmas diferenciados – que o autor denomina de cosmopolita e nacionalista, respectivamente –, tratar-se-iam de elaborações de caráter periférico, permeadas por um sentimento de inferioridade por parte de quem as produziu, ou então, por uma inserção subalterna em relação à produção elaborada nos países considerados centrais (Inglaterra, França e Estados Unidos, por exemplo). Daí o uso do termo *pensamento* e não *teoria* para qualificar a produção intelectual brasileira.

Um detalhe que não pode passar despercebido na proposta de Lynch é a datação que propõe quanto ao término do segundo momento: a década de 1970. Isso porque o divisor de águas parece ser a construção do projeto de Wanderley Guilherme dos Santos a respeito da imaginação social e política brasileira, discutida anteriormente. Mais do que caracterizar tal proposta como referência obrigatória ao campo e ponto de partida para uma nova percepção quanto ao

pensamento brasileiro, o que Lynch faz não é outra coisa senão se filiar ao projeto de Santos. O autor acaba por se conformar a uma *família intelectual* – para utilizar o termo de Brandão. Nesse sentido, é possível apontar uma linhagem que ganha forma com Guerreiro Ramos nos anos 1950, passa por Wanderley Guilherme dos Santos e chega, agora, em Christian Lynch.

O importante dessa constatação é que ela expressa outra marca constitutiva da proposta analítica de pensar o pensamento: a sua constante renovação. Isso quer dizer que grande parte do esforço teórico ainda está por se constituir. Talvez essa seja a maior evidência do caráter de atualidade da proposta aqui apresentada a qual, muito mais do que apontar rumos ou soluções, procurou enfim, destacar pontos de partida que podem nortear novos esforços conceituais e analíticos a respeito do pensamento brasileiro.

Referências

- ALONSO, A. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração de 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, p. 35-55, 2000. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092000000300002>.
- BOTELHO, A. Passado e futuro das interpretações do Brasil. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, v. 22, n. 1, p. 47-66, 2010.
- BOTELHO, A.; LAHUERTA, M. Interpretações do Brasil, pensamento social e cultura política: tópicos de uma necessária agenda de investigação. *Perspectivas*, n. 28, p. 7-15, 2005.
- BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (Org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma. *Lua Nova*, n. 82, p. 11-16, 2011.
- BRANDÃO, G. M. Linhagens do pensamento político brasileiro. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, v. 48, n. 2, p. 231, 2005. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582005000200001>.
- CARVALHO, J. M. Introdução. In: VASCONCELOS, B. P. *Organização e introdução de José Murilo de Carvalho*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- CARVALHO, J. M. Liberalismo, radicalismo e republicanism nos anos sessenta do século XIX. Oxford: Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, 2007. (Working Paper, 87). Disponível em: <http://www.brazil.ox.ac.uk/_data/assets/pdf_file/0003/9327/WP87-murilo.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2011.
- CEPÊDA, V. A. Dilemas do Pensamento Político: famílias intelectuais e as interpretações sobre o Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, n. 31, p. 231-238, 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782008000200018>.
- FAORO, R. *Os donos do poder*. São Paulo: Globo, 2001.

- FAORO, R. *A república inacabada*. São Paulo: Globo, 2007.
- LYNCH, C. E. Saquaremas e luzias: a sociologia do desgosto com o Brasil. *Insight Inteligência*, v. 55, p. 21-37, 2011.
- LYNCH, C. E. Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). *Dados: Revista de Ciências Sociais*, v. 56, n. 4, p. 727-767, 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582013000400001>.
- MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 2001.
- OLIVEIRA, L. L. Interpretações sobre o Brasil. In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré; Brasília: Capes, 1999.
- SANTOS, W. G. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- SANTOS, W. G. *Roteiro bibliográfico do pensamento político-social brasileiro (1870-1965)*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Casa Oswaldo Cruz, 2002.
- SKINNER, Q. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- VIANA, F. J. O. *O idealismo da constituição*. Rio de Janeiro: Terra de Sol, 1927.
- VIANNA, L. W. Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos. In: BASTOS, E. R.; MORAES, J. Q. (Org.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora UNICAMP, 1993.
- VIANNA, L. W. O pensar e o agir. *Lua Nova: Revista de Cultura e Político*, n. 54, 2001.
- WEFFORT, F. C. *Formação do pensamento político brasileiro: idéias e personagens*. São Paulo: Ática, 2006.

Recebido: 12 mar., 2015

Aceito: 28 maio, 2015